

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PSICÓLOGOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EDUCADAS EM FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

*SOCIAL REPRESENTATIONS OF PSYCHOLOGISTS ON THE DEVELOPMENT OF
CHILDREN EDUCATED IN HOMOPARENT FAMILIES*

Allyne Evellyn Freitas Gomes¹
Elaine Magalhães Costa Fernandez²

Resumo

Este estudo baseado na Teoria das Representações sociais (TRS) e na abordagem teórico-metodológica da Rede de Significações objetiva compreender as Representações sociais (RS) de psicólogos sobre o desenvolvimento de crianças educadas em famílias homoparentais. De desenho qualitativo, um questionário de perguntas abertas foi proposto a 17 psicólogos voluntários na cidade do Recife. As respostas foram analisadas em três categorias temáticas: representações de crianças de famílias homoparentais, influência da família no desenvolvimento da criança e papel do psicólogo neste contexto. Nota-se entre os resultados encontrados representações do desenvolvimento como um processo ao longo da vida, permeado por fatores físicos, sociais e emocionais. A afetividade é representada como indispensável para o desenvolvimento da criança e a família ocupa um lugar central, sendo responsável pelo cuidado, por ensinamentos sociais e morais. As implicações de uma família homoparental para o desenvolvimento da criança foram associadas ao possível preconceito que a mesma irá sofrer por ser educada num modelo de família não tradicional. Contudo para a maioria dos psicólogos questionados, sendo preservadas as condições afetivas necessárias para educar uma criança, o fato de ser um casal homoparental não interfere no seu desenvolvimento. O psicólogo aparece como o profissional indicado tanto para prevenir socialmente quanto para acolher, orientar e intervir junto a famílias frente a este tipo de preconceito.

Palavras-chave: Homoparentalidade, desenvolvimento, infância, representações sociais.

Abstract

This study aims to understand the social representations of psychologists on the development of children educated in homoparental families. At the methodological level, an open-ended questionnaire was proposed to 17 volunteer psychologists. The responses were organized into thematic categories related to representations of children of homoparental families, their developments and the role of the psychologist in this context. Among the results found we perceive representations of development as a process throughout life, permeated by physical, social and emotional factors. On the aspects necessary for development we find affectivity as a central element. The family was represented as central to the development of the child being responsible for care and for social and moral teachings. The implications for the development of the child were associated with the possible prejudice that the child will suffer from being educated in a non-traditional family model. However, with the necessary conditions for educating a child preserved, being a homoparental couple for most of the questioned psychologists does not interfere with development. The psychologist appears as the professional who must act to receive, guide and socially intervene in families in the face of this type of prejudice.

Keywords: Homoparentality; development; childhood; social representations.

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)- allyne.evellyn@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - elainef@free.fr

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a maior liberdade sexual, a disseminação de contraceptivos têm diminuído a taxa de fecundidade e adiado a maternidade para as mulheres de todo o mundo. Nota-se também uma maior flexibilização dos laços afetivos, em particular no Brasil. Outrora esteados quase exclusivamente no relacionamento afetivo e sexual entre pessoas de sexos opostos, o casamento heterossexual, como modo único de constituição das relações conjugais, deixou de ser hegemônico, passando a coexistir diversas outras formas de relações afetivas. A pluralidade de modelos de constituição familiar passa a não se limitar ao ordenamento jurídico, provocando novas e complexas questões para a sociedade. Neste contexto globalizado, variações temporais e espaciais nos processos de procriação, parentesco, filiação e parentalidade fazem com que a composição das famílias seja a mais diversa possível. Tal é o caso das famílias homoparentais, onde casais do mesmo sexo decidem ter filhos e para isso recorrem ao poder judiciário para adoção ou ao corpo médico para procriação assistida.

Diante da evolução dos conceitos de gênero, sexualidade e de parentalidade na constituição das famílias brasileiras atuais, este estudo interroga as repercussões destes novos modelos de família no desenvolvimento das crianças. Para isto serão analisadas as Representações Sociais (RS) de Psicólogos sobre o desenvolvimento de crianças educadas em uma família homoparentais. Parte-se do pressuposto de que as Representações sociais (RS) estão relacionadas aos saberes populares e ao senso comum. Ou seja, os grupos sociais pensam por si mesmo, comunicam, trocam informações em conversações cotidianas, nas escolas, nas famílias, na rua. Nas interações sociais, o reconhecimento de algo só ganha significado por meio de representações compartilhadas e são elas que dão sentido às informações recebidas sobre tal objeto. Formam-se assim teorias espontâneas que explicam seus dilemas tornando-se decisivas na condução das relações. Mais estes conhecimentos de senso-comum não são contrapontos do conhecimento científico e sim uma forma de conhecimento diferenciado, tanto pela sua formação quanto pela prática. (MOSCOVICI, 2012).

O estudo das Representações sociais (RS) compartilhadas por um grupo profissional busca compreender a forma como crenças, valores, teorias e pensamentos sociais a respeito de um determinado tema se integram às práticas desses profissionais e norteiam assim seus posicionamentos diante deste fenômeno. Considerando-se a homoparentalidade como um fenômeno complexo e multifacetado, possível de

evocar diferentes representações em diversos grupos, visa-se analisar as implicações das RS de psicólogos sobre crianças educadas em famílias homoparentais em suas possíveis práticas profissionais. Parte-se das respostas de 17 psicólogos voluntários da cidade do Recife a um questionário pré-estabelecido. Busca-se assim compreender suas RS sobre o desenvolvimento de crianças de famílias homoparentais, a influência da família no seu desenvolvimento e o papel do psicólogo neste contexto. Visa-se assim compreender como estes profissionais representam o papel dos psicólogos e da psicologia frente ao desenvolvimento de crianças em contexto de famílias homoparentais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO

As Representações Sociais (RS) se constroem no espaço público e nos processos pelos quais o ser humano constrói sua identidade, simboliza e desenvolve-se em relação ao outro. Elas são símbolos construídos coletivamente, na interação de sujeitos e representam valores e atitudes de um determinado grupo sobre algum ponto de sua realidade. Elas são assim carregadas de contradições e dimensões críticas que geram mudanças e transformações (GUARESCHI, 2014).

Para Moscovici (2012), o conhecimento do senso comum é um tipo de conhecimento da realidade, uma forma de saber diferenciado do conhecimento científico tanto pela função como pela sua constituição. Trata-se de conhecimentos produzidos e mantidos no curso das comunicações cotidianas do homem e surgem em resposta aos seus questionamentos sobre a natureza e suas relações com o mundo. Esse conhecimento se organiza em torno de ideias articuladas e fornece modelos explicativos da realidade. A proposta fundamental da Teoria das Representações sociais (TRS) é a compreensão desse processo de construção da realidade, buscando analisar os fatos e ideias que povoam o universo, trazendo à tona aspectos da realidade anteriormente ignorados.

Uma vez elaborada, uma RS passa a identificar o sujeito e orientar suas interações de forma a atribuir sentidos às suas práticas. Por esta razão os indivíduos buscam criar uma realidade que valide as explicações e previsões da representação. Vala (2000) aponta alguns fatores que constituem uma representação social: (a) é preciso que ela seja compartilhada por um conjunto de indivíduos; (b) produzida coletivamente como um produto das interações e dos fenômenos de comunicação de um grupo social e (c) apresentem uma funcionalidade, ou seja, se configurem como saberes sociais que norteiam as práticas. As RS norteiam a ação

na medida em que modelam e elaboram os elementos do contexto que um dado comportamento terá em um lugar, ou seja, toda ação envolve um sistema de representações que liga o objeto ao contexto (MOSCOVICI, 2012).

A finalidade maior das RS é a de tornar familiar algo não-familiar ou de acolher a própria não-familiaridade. Cada grupo assimila o não-familiar, a partir de sua realidade, de suas imagens, linguagem e ideias compartilhadas. No pensamento social, a conclusão tem prioridade sobre a premissa, buscando uma melhor forma de compreensão e de replicação do conhecimento e da informação. Por sua vez, as representações sociais baseiam-se na premissa de que o veredicto tem prioridade sob o julgamento, ou seja, mais vale a conclusão do que o caminho percorrido. E neste ponto fixa-se o maior embate entre o pensamento social, de senso comum, e o pensamento científico. A ciência positivista traça um caminho objetivo e bem delineado para alcançar um fim, ocupa-se em desconstruir opiniões correntes e em provar que resultados improváveis tornam-se possíveis, enquanto que as representações de senso comum circulam socialmente com o objetivo de compreender e explicar o que já é sabido (MOSCOVICI, 2003).

Em síntese, as RS podem ser definidas como uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente caracterizados. São “teorias” sobre saberes popular e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzirem comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam ambos. Designam, portanto, uma forma de pensamento social compartilhado e contribuem para a acumulação de saberes, valores, costumes e ideias entre membros de um grupo. São marcas que a sociedade imprime nos sujeitos e formulam sua forma de ser, agir e pensar a respeito de determinados fenômenos (SOUSA, 2010).

Podemos considerar o desenvolvimento humano como objeto de representações, pois as diferentes teorias do desenvolvimento, muito mais do que descrever, criam uma realidade social acerca da natureza humana, institucionalizando o processo de desenvolvimento dentro de moldes e seguindo uma direção determinada. A ciência do desenvolvimento humano desenvolveu um estatuto para cada uma das etapas que o compõem, o que prediz normas, comportamentos e expectativas para cada fase. Essas teorias são assim tomadas como verdades e acabam por distribuir os indivíduos de diferentes contextos

culturais em curvas normais ou em padrões de desenvolvimento (ALMEIDA, 2003).

Essa normatização do desenvolvimento por estágios acaba por definir um lugar social para os sujeitos dentro da sociedade, definindo comportamentos esperados. O desenvolvimento humano está diretamente associado à ideia de que todo ser humano passa pelas mesmas etapas em períodos semelhantes e que esta passagem se dá a partir do acúmulo de capacidades e habilidades que atingem seu ápice na idade adulta. Em contraponto a esta padronização, as teorias do desenvolvimento psicossocial reivindicam o papel do contexto sociocultural na construção dessas etapas e na categorização de infância, adolescência, vida adulta e velhice (ALMEIDA, 2003).

A abordagem teórico-metodológica da Rede de Significações vem contribuir a esta abordagem com a concepção do desenvolvimento humano como um processo contínuo ao longo do ciclo vital e por meio de múltiplas interações estabelecidas pelos sujeitos em seu contexto social e cultural. Esta perspectiva propõe que o desenvolvimento ocorre dentro de processos complexos e imersos em uma malha de elementos que se inter-relacionam dialeticamente. Assim, partes da pessoa e dos contextos constituem-se como inseparáveis de um processo de mútua constituição (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Para a perspectiva da RedeSig a compreensão do desenvolvimento humano só se torna possível se consideradas as inúmeras relações nas quais ele está articulado. Esta perspectiva considera também os sentidos presentes na ação de significar o mundo, o outro e a si mesmo no momento interativo, considerando a natureza discursiva e semiótica da condição humana (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Bakhtin propunha examinar o desenvolvimento a partir da perspectiva dialógica, com ênfase na linguagem, entendendo a língua como uma prática material que se constitui na interação social. Este autor considera a palavra como o resultado de processos psicológicos e fisiológicos inseridos nas relações sociais. O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem, pois toda linguagem, em qualquer campo, está impregnada por relações dialógicas. Assim, Bakhtin considera o ser humano como um intertexto, pois não existe isoladamente, mas somente a partir da experiência com o outro. A palavra é vista como portadora de um constante dinamismo e o ser humano como agente, pois não é apenas influenciado pelo outro, mas também age ativamente no meio transformando-o (SCORSOLINI-COMIN, 2010).

Ao abordar o desenvolvimento, Bakhtin não

ênfatisa etapas, mas sim aquilo que é transformado, construído e reinterpretado a partir da linguagem e da apropriação daquilo que é compartilhado em dado momento histórico-cultural. O sujeito emerge na relação com o outro como um sujeito predominantemente dialógico. Desta forma, o desenvolvimento não é considerado como um processo individual, mas que ocorre na interação social, no contato com os pares e no meio em que vive, sendo a palavra a expressão possível desta relação sujeito-cultura (SCORSOLINI-COMIN, 2010).

Considerando estas perspectivas interacionistas, pode-se inferir que o contexto familiar onde a criança convive tem papel primordial em seu desenvolvimento. Um ambiente acolhedor, saudável e que lhe garanta as mínimas condições de existência é fundamental para o seu crescimento. Por serem socializadas e incorporadas à cultura, as teorias de desenvolvimento ganham valor e status, assumindo uma face moral com implicações significativas nas práticas sociais. Sendo assim, as teorizações de desenvolvimento compartilhadas por psicólogos e profissionais que trabalham com crianças inferem diretamente na sua forma de abordar e lidar com os diversos dilemas sociais modernos (ALMEIDA, 2003).

FAMÍLIA E ADOÇÃO HOMOPARENTAL

A família, ou melhor, as famílias em suas mais diversas configurações, constituem uma temática de extenso debate no senso comum e nas ciências humanas atuais. Trata-se de um objeto de representação social por ser um tema amplamente discutido nas relações sociais e relevantes para a maior parte das pessoas. Os debates recentes sobre a temática questionam principalmente suas modalidades de constituição – família nuclear, reconstruída, família homoparental, famílias desestruturadas. A instituição social família passando a ser cada vez mais adjetivada..

Segundo a constituição brasileira de 1988, a família é a base da sociedade e como tal possui especial proteção do Estado. Trata-se da instituição responsável pela proteção das crianças e adolescentes. (BRASIL, 1988) Mas qual é o modelo de família citado pela constituição brasileira? O estado brasileiro reconhece como modelo de família constitucionalizada a convivência, a união estável entre um homem e uma mulher. Somente em jurisprudência no ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece as uniões estáveis homoafetivas e em consequência essas uniões passam a ter o “status” de família, o que possibilita posteriormente sua conversão em casamento. Contudo, juridicamente, nenhuma Lei resguarda os direitos legais

das uniões homoparentais.

Segundo Lôbo (2014) existem diversas modalidades de famílias na sociedade brasileira, porém muitas delas ainda não estão tuteladas pela constituição. Contudo, de modo geral, para que as famílias beneficiem de proteção jurídica, independente de suas formações, devem respeitar três critérios: (a) Estabilidade – o casal deve comprovar comunhão de vida excluindo-se, portanto relacionamentos casuais; (b) Ostensibilidade – devem se apresentar publicamente como unidade familiar; (c) Afetividade – base, fundamento e finalidade da entidade.

Os vínculos atuais prezam pela dimensão da afetividade, o que implica no que Bauman (2004) chama de “conexões”. Ou seja, a durabilidade das relações parentais passa a ser repensada na lógica das conexões afetivas, o que implica numa atual possibilidade de desconectar-se de seus membros. Os divórcios, as relações liquidadas, as novas formas de amor como destaca Bauman (2004), implicam em possíveis reconfigurações nas famílias. Os vínculos que ligam um adulto a uma criança podem ser: (a) Biológicos: por apresentarem origem genética; (b) Parentesco: vínculo genealógico que une indivíduos num mesmo grupo; (c) Filiação: reconhecimento jurídico das relações ou parentalidade que seria o exercício da função parental e de cuidados sobre um dado indivíduo (ZAMBRANO et. al., 2006).

Percebe-se na sociedade brasileira que esses três tipos de formação familiar não são necessariamente configurados de modo paralelo. Segundo Zambrano et. al.(2006) são os vínculos entre os indivíduos que criam a família e são as diferentes variações desses vínculos que caracterizam as diversas tipologias. Para Lôbo (2011, p. 27) “as relações de consanguinidade, na prática social, são menos importantes que as oriundas de laços de afetividade e da convivência familiar...”.

Existem modelos diversos que contestam a antiga lógica patriarcal e matrimonial da sociedade. Destaca-se então as famílias homoparentais, formadas por pessoas e /ou casais do mesmo sexo, figuras parentais que possuem a orientação sexual homoafetiva. O termo “homoparentalidade” surge como um neologismo criado em 1997, em Paris, pela associação de pais e futuros pais gays e lésbicas (AGPL – *Association des Parents et futurs Parents Gays et Lesbians*), para nomear as famílias compostas por ao menos um adulto que se autodesigna homossexual é/ou pretende ser pai ou mãe de uma criança ou adolescente (ZAMBRANO et al., 2006; ROUDINESCO, 2003). Porém, o uso do termo “homoparentalidade” é bastante problemático por associar a sexualidade dos pais à criação dos filhos, visto que os estudos sobre família e

gênero destacam que a orientação sexual não afeta a capacidade de exercer a parentalidade, ou seja, de cuidar dos filhos (ZAMBRANO et al., 2006; UZIEL, 2007; DIAS, 2009).

Em levantamento extensivo de pesquisas realizadas no campo da Psicologia e da Psiquiatria acerca de famílias homoparentais, Zambrano et al. (2006) constatam um número expressivo de pesquisas realizadas nos Estados Unidos a partir de 1975. Estes estudos, na sua maioria, buscavam comparar as implicações psicológicas do tipo de família no desenvolvimento dos filhos (adotados e biológicos). Foram utilizados métodos comparativos entre crianças e adolescentes criados por casais homossexuais e famílias heterossexuais. Dentre os principais aspectos investigados, os autores citam a forte preocupação com a saúde psíquica, a estabilidade emocional, a capacidade de adaptação ao meio, o relacionamento interpessoal, o enfrentamento do estigma ou preconceito, o desenvolvimento da identidade de gênero, a capacidade de diferenciação sexual e a orientação sexual das crianças e adolescentes.

Segundo Gomes e Melo (2011) as representações sociais de estudantes de Psicologia e de Direito sobre adoção homoparental revelam um importante preconceito desta população. Estudos realizados concluem que crianças educadas por casais homossexuais teriam sua sexualidade afetada e seu desenvolvimento psicológico prejudicado. Segundo os estudantes de Direito, caberia aos psicólogos em suas práticas profissionais exercerem uma função adaptativa, ou seja, adaptar a criança a conviver em uma sociedade que ainda é preconceituosa. Segundo alguns estudantes que participaram da pesquisa, a criança seria a maior prejudicada pela adoção por casais homoafetivos.

Do fato da maioria de estudos sobre a homoparentalidade estar sendo realizada no exterior (França e Estados Unidos), a repercussão social de tais pesquisas no Brasil ainda é insuficiente para desconstruir os mitos acerca das repercussões prejudiciais às crianças de fazerem parte de famílias homoparentais (Zambrano et al., 2006). Esses mitos e preconceitos circulam socialmente e portanto compõem as representações sociais de alguns grupos. Operadores do Direito, psicólogos e assistentes sociais ancorados em uma visão mais conservadora da família, compartilham a hipótese de um prejuízo para a criança, entendendo que o artigo 43 do ECA não estaria sendo cumprido “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando...” (BRASIL, 2009). Para os conservadores, a adoção por sujeitos ou casais homossexuais não constituiria vantagem para o adotando. Entretanto, esquecem que essas crianças

não adotadas permaneceriam em instituições aguardando a adoção por terem sido abandonadas por sujeitos e/ou casais heterossexuais que desrespeitaram o artigo 4º do ECA; não garantindo a tais crianças e adolescentes o direito a convivência familiar.

Segundo Gouveia e Camino (2009) em pesquisa sobre famílias formadas por sujeitos homossexuais, ao contrário das ideias estabelecidas no senso comum, no qual as parcerias homossexuais seriam promíscuas e instáveis, os casais homossexuais não são mais propensos à instabilidade conjugal do que casais heterossexuais. A pesquisa realizada por Silva (2008) com mulheres lésbicas na cidade do Recife apontou para a condição homossexual como extremamente importante para compreensão da conjugalidade e da parentalidade. De acordo com o pesquisador, a forma como as mulheres lésbicas lidam com o tema da homossexualidade em suas vidas contribui para a qualidade nos investimentos nas suas conjugalidade e parentalidade. Segundo Silva (2008), a homoparentalidade pressupõe novos acordos frente às redefinições de papéis junto ao casal e frente aos filhos tendo, portanto, a parentalidade algo de particular por ser exercida por sujeitos e casais homossexuais. Para Roudinesco (2003) a reivindicação dos homossexuais pela criação de filhos está relacionada a um forte desejo de normalização. Segundo Silva (2008) seria como se a normalidade das famílias homoparentais só fosse alcançada a partir do acesso a parentalidade. Para Borges Neto (2016) a pluralidade e transformação são as marcas mais recentes das famílias na contemporaneidade.

Conforme o último levantamento sobre as famílias brasileiras realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o conceito de família é bastante amplo: “Família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. No entanto, as sociedades atuais, marcadas pelo aumento da mobilidade e o nomadismo das famílias transnacionais, passarão a questionar o conceito de “unidade domiciliar”, provavelmente a ser abolido nos próximos levantamentos.

Partindo da concepção apresentada pelo IBGE, a família brasileira implica além dos laços de parentesco, laços de convivência ou de dependência doméstica. No censo de 2010 o IBGE identificou 60 mil casais homoafetivos no País, a maioria formada por mulheres (53%). No entanto, esse número ainda não é um dado exato, visto que, em virtude do preconceito constatado, existe uma subnotificação especialmente dos casais de homens que tendem a sofrer mais

preconceito e serem vítimas de homofobia.

Na atualidade os debates sobre família tem se intensificado, tanto no âmbito social como político e religioso. A compreensão social da homossexualidade, do que significa ser pai e mãe, das possíveis relações entre sexualidade e parentalidade estão em plena mutação. Nota-se que as representações tradicionais de que é preciso ter filhos para ser reconhecido como família tendem a desaparecer influenciando a compreensão dos fatores que afetam o desenvolvimento de uma criança e adolescente e se esses fatores tem alguma relação com a sexualidade dos pais. No sistema representacional da família homoparental, constituída por pessoas homossexuais se dá a prática do psicólogo.

Apesar dos recentes avanços no combate à discriminação contra os homossexuais, as decisões ainda não tem força de lei na sociedade brasileira. Cada situação deve ser julgada pelo poder judiciário. Atualmente uma bancada conservadora do poder legislativo, chamada de bancada evangélica ou bancada da bíblia, vem atuando em oposição às garantias de direitos a população LGBT. Ainda em 2013, em reação às conquistas por igualdade jurídica de direitos, o deputado Anderson Ferreira (PR-PE), propõe o estatuto da família que estabelece no "Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes." (PROJETO DE LEI Estatuto da Família PL 6583/13). Excluindo dessa forma a diversidade de famílias existentes na população brasileira, para além das famílias homoparentais. O texto do estatuto possui um conceito de família discriminatório e preconceituoso retirando o direito de milhões de brasileiros que não se enquadram no modelo de família. Podemos desta forma entender que a família deve ser pensada como uma instituição da cultura. Quando mudam os valores sociais, mudam-se as concepções sobre suas configurações.

MÉTODO

Participaram deste estudo 17 profissionais da psicologia, sendo 4 homens e 13 mulheres, com idades entre 24 e 48 anos. Os dados sócio-demográficos analisados indicam que 12 participantes se declaram religiosos (católicos ou protestantes) e 5 declaram não terem religião, 8 participantes são casados e somente 3 com filhos. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário pré-estabelecido a partir de três critérios: representações de crianças de famílias homoparentais, influência da família no desenvolvimento da criança e

papel do psicólogo neste contexto. O questionário foi aplicado em uma turma de pós-graduação em psicologia e teve duração média de 30 minutos. Todos os participantes são psicólogos em etapa de especialização, CRP ativo e com menos de cinco anos de experiência no exercício da profissão. Todos se declararam cristãos e 40% deles são cristãos protestantes.

A análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2009). Trata-se de um conjunto de técnicas e de procedimentos sistemáticos de descrição e categorização e a busca de indicadores qualitativos que possibilitem fazer inferências sobre o conteúdo das respostas. A análise temática ou categorial de conteúdo visa descobrir os núcleos de sentido compartilhados nas falas dos sujeitos (MINAYO, 2012). Como afirma Castro (2011), a análise qualitativa trata-se de um esforço de interpretação que permeia o rigor da objetividade e a profundidade da subjetividade.

RESULTADOS

As respostas dadas pelos participantes foram analisadas e obteve-se os seguintes indicadores:

1. SENTIDOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Buscou-se num primeiro momento compreender os sentidos de desenvolvimento compartilhados pelos psicólogos, compreender o que eles entendem por desenvolvimento humano para a partir daí, compreender as possíveis implicações da criação de uma família homoparental no desenvolvimento de uma criança. Os psicólogos participantes definiram desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas, utilizaram termos como *processo, constante desenvolvimento, ao longo da vida, do nascimento até a morte* para defender o desenvolvimento como algo contínuo e ininterrupto, como um processo que perpassa todas as etapas da vida. Eles também demonstraram uma compreensão ampla do processo de desenvolvimento perpassado por diversos fatores individuais como *amadurecimento físico e mental, amadurecimento mental, inteligência intelectual e subjetividade*, e fatores sociais e culturais a partir de expressões como *ser, estar e contribuir no meio em que vive, convívio com pessoas em sociedade e conhecimento social e material*.

Tais dados ilustram como os psicólogos aparentam estar em sintonia com a perspectiva dos pesquisadores da RedeSig (2004) que compreendem o desenvolvimento como um processo circunscrito por

uma variabilidade de significados e fatores que emergem da articulação de diversos elementos ligados à pessoa e ao contexto. Essas articulações se alteram constantemente em função do tempo e dos eventos, formando novas configurações e percursos possíveis.

Alguns participantes também deram ênfase ao fator evolutivo do desenvolvimento e o definiram como um *processo de construção do indivíduo, uma evolução física, mental e espiritual, e a melhoria do ser humano*. Esta perspectiva do desenvolvimento como construído por etapas e evoluções é ainda muito difundida na psicologia. Cunha (2000) ressalta esse caráter normalizador da Psicologia do Desenvolvimento que tipifica os sujeitos especificando cada etapa da vida a partir da idade e do acúmulo de habilidades e capacidades que atingem seu ponto máximo na idade adulta. Esta perspectiva desconsidera os diferentes contextos culturais e suas respectivas realidades sociais. Porém, a psicologia do desenvolvimento vem sendo cada vez mais influenciada pelas contribuições da Psicologia Social, que reivindica o lugar do contexto-sócio cultural nas próprias categorias de criança, adolescente, adulto e idoso (ALMEIDA, 2003).

2. ASPECTOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO

No que diz respeito aos aspectos necessários ao desenvolvimento, a maioria dos participantes ressaltou a afetividade como fator determinante para um desenvolvimento saudável. Cerca de 70% dos psicólogos utilizaram termos como *afeto, atenção, carinho, amor, cuidado e proteção* quando questionados sobre fatores necessários ao desenvolvimento de uma criança.

Outro ponto bastante enfatizado pelos participantes foi a questão da estimulação sensorial da criança. Alguns participantes recorreram a termos como *estimulação cognitiva, estímulos ambientais e estímulos motores* para defenderem a necessidade de que a criança seja constantemente estimulada pelos adultos ou pelos pares para que possam se desenvolver. Paralelo à necessidade de estimulação, também foram levantados aspectos relacionados a sociabilidade, ressaltando a importância do ambiente onde a criança se desenvolve como também questões como acesso a *cultura, cidadania e convívio social*.

Estes indicadores se aproximam das perspectivas interacionistas, que focalizam as questões ambientais e contextuais do desenvolvimento. Estas teorias de desenvolvimento fundamentam-se na ideia de interação entre o indivíduo e o meio, onde a aquisição do conhecimento é entendida como um processo de

construção contínua do ser humano em sua relação com o ambiente.

Os psicólogos também enfatizaram a importância da família no processo de desenvolvimento. 41% dos participantes afirmaram que a presença da família e uma boa base familiar são primordiais para o bom desenvolvimento da criança: *“Uma boa base familiar o respeito, os bons princípios, as necessidades básicas”* (S4, Sexo: F, Religião: Protestante); *“Uma família que possa te proporcionar uma boa educação, mas não apenas educacional, também ajude a desenvolver a parte humana”* (S12, Sexo: F, Religião: Não declarada).

Como vimos nos exemplos anteriores, questões relacionadas à educação e valores familiares foram bastante enfatizadas pelos participantes. 70% deles recorreram a termos como: *boa educação, valores, respeito, bons princípios, ética e moral para definir o desenvolvimento saudável*. Estes participantes defendem que para se desenvolver, além do acesso à cultura e convívio social, as crianças precisam ser educadas e ensinadas ao respeito dos valores e normas sociais.

3. INTERFERÊNCIA DA FAMÍLIA

Os participantes foram interrogados diretamente sobre o papel da família no processo de desenvolvimento de uma criança. Apesar de uma certa variação das respostas percebeu-se que, em sua maioria, os psicólogos apontavam como principal papel da família a inserção da criança em sociedade, transmitindo valores, ensinando-lhe convenções sociais, noções de certo e errado. 41% dos entrevistados reforçaram a transmissão de aspectos éticos e morais como sendo primordialmente o papel da família.

Um aspecto que chamou atenção nos resultados sobre o papel da família no desenvolvimento foi o fato de que 36% dos participantes levantaram aspectos da formação emocional da criança como sendo de direta interferência da família. Segundo os participantes, a formação psicológica afeta o emocional e formação da personalidade. Por exemplo, o Sujeito 12 afirmou que a família interfere no desenvolvimento *“afetando o seu estado emocional, podendo causar traumas no mesmo, implicando sua formação psicológica e emocional”*(S12, Sexo: F, Religião: Não declarada).

Os psicólogos participantes apontaram a família como porta de entrada do indivíduo na sociedade, meio onde ele estabelece seus primeiros contatos sociais: *“A família é considerada a primeira socializadora da criança, assim, responsável pelas primeiras relações na qual podem interferir nas demais fases do*

desenvolvimento” (S8, Sexo: F, Religião: Evangélica).

Primeira mediadora entre o indivíduo e o mundo, a família constitui-se então como a unidade de inserção das relações de fator afetivo, social e cognitivo. Estas questões se relacionam e estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais do grupo social em que está inserida. Os acontecimentos e as experiências compartilhadas na família irão propiciar os repertórios comportamentais, as formas de resolução de problemas e os significados de mundo do sujeito (DESSEN, 2007).

“A família é a estrutura e sem uma educação com valores e princípios a criança terá grandes problemas no futuro” (S9, Sexo: F, Religião: Deus); Os psicólogos veem a família como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes na sociedade e exercem influencia diretas no comportamento dos indivíduos (DESSEN, 2007).

4. REPERCUSSÕES DE UMA FAMÍLIA HOMOPARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

Os resultados obtidos em diferentes pesquisas sobre RS de profissionais sobre famílias homoparentais convergem num ponto em comum. Trata-se da afirmação de que crianças e adolescentes educados por casais homoparentais teriam seu desenvolvimento prejudicado (GOMES e MELO, 2012) (ARAÚJO et. al. 2007) (GOUVEIA e CAMINO, 2009) (SANTO e BRUNS, 2010). Seja em termos psicológicos, sociais ou sexuais, alguns profissionais afirmam que o fato da criança ser educada num lar constituído por um casal ou sujeito solteiro não heterossexual traria implicações negativas para o desenvolvimento infantil.

Na pesquisa atual, realizada com 17 profissionais de psicologia, 6 participantes concordam com o fato de que uma criança ou adolescente ser educado em uma família homoparental interfere no seu desenvolvimento. Nota-se então que 36% dos psicólogos questionados consideram que a homoparentalidade tem efeitos no desenvolvimento criança. Para um dos psicólogos: *“no seu desenvolvimento cultural e social não, já na personalidade, prefiro não comentar”* (S1, Sexo : F, Religião: protestante) (grifo nosso)

Apesar da psicóloga afirmar não acreditar em efeitos negativos no desenvolvimento de uma criança, ela preferiu não comentar as possíveis consequências

futuras sobre sua personalidade da criança. Cabe salientar que segundo estudos recentes o preconceito se modificou, tornando-se mais sutil (Marinho et. Al, 2004). Ou seja, devido às normativas sociais os sujeitos tendem a agir segundo a pressão do politicamente correto e acabam não expressando de modo explícito seus preconceitos, contudo os mesmos tem apresentado formas mais sutis ou assentado em ideias como as da psicóloga que argumenta em possíveis efeitos na personalidade, mas não justifica com base em argumentos teóricos/práticos tal afirmação. Cabe ainda destacar a Resolução 001/99 do Código profissional dos Psicólogos proíbe os profissionais de agirem ou manifestarem condutas discriminatórias em função da orientação sexual. Por esta razão muitos psicólogos preferem omitir suas reais opiniões sobre a temática, visto que emitir uma opinião preconceituosa estaria infringindo uma normativa do Conselho Federal de Psicologia.

“Sim, pois a criança vai entender que é correto que pode, mas não vai interferir na sua escolha, porque após adulto terá o entendimento. Onde irá afetar sua opção sexual.” (S4, Sexo: F, Religião : protestante)(grifo nosso). Para esta psicóloga, a criança ao conviver com um casal homoparental irá entender que tal modelo de família é o correto, porém após adulto ela terá o entendimento pleno do que vem a ser esse modelo de família. Cabe destacar que em termos de sexualidade não devemos estar amparados nas noções de certo ou errado. Pois as vivências sexuais dizem da orientação de cada sujeito e não cabe ao profissional de psicologia emitir juízo de valor sobre a orientação sexual dos pacientes. Porém, para a psicóloga (sujeito 4 dessa pesquisa), essa convivência numa família homoparental irá afetar a opção sexual futura. Cabe destacar que nos atuais debates sobre gênero e sexualidade humana não utilizamos mais o termo “opção sexual”. O termo mais adequando seria “orientação sexual”, pois se tem a compreensão de que os sujeitos não escolhem sua sexualidade. A mesma trata-se de uma confluência de fatores sociais, biológicos, neuropsicológicos. Finalmente, vários são os fatores relacionados ao desenvolvimento humano que acabam por constituir a sexualidade. Portanto, os sujeitos não escolhem sua vivencia sexual. A orientação sexual homoafetiva não possui como fator preponderante a educação da criança e adolescente em lar homossexual. Pois no caso contrário, os casais heterossexuais não teriam filhos homossexuais. Observa-se que tal a afirmação foi expressa por uma psicóloga de religião protestante e uma das especificidades das concepções dos protestantes sobre sexualidade humana é a oposição veemente a homossexualidade. Porém alguns

estudantes acreditam que a repercussão no desenvolvimento da criança não seja negativa: “*Sim, o fato de quem cuida sempre vai influenciar de alguma maneira, não acredito que a homossexualidade possa ser vista como algo negativo na criação/desenvolvimento de uma criança.*”

O desenvolvimento dessa criança será influenciado pela qualidade do cuidado, princípios e caráter desse casal trará para essa criança. As influências podem ser positivas ou negativas em qualquer casal homossexual ou não” (S3, Sexo: masculino, religião: sem religião) (grifo nosso). O participante destaca que os aspectos que influenciam o desenvolvimento de uma criança estão relacionados à qualidade do cuidado dedicado pelos pais a educação da criança, aos valores e princípios repassados na educação. Ou seja, os aspectos afetivos e morais que independem da sexualidade dos pais.

Existe ainda o argumento de que a criança por estar inserida num modelo familiar que contesta a lógica heteronormativa pode acabar sendo vítima de preconceito:

“*Sim, a criança acaba sofrendo preconceito por parte dos outros. O que não quer dizer que ele mude por conta disso, mas acaba havendo uma mudança. Para sua vida que pode levar para o lado positivo de apoiar a relação como ou negativa de querer se afastar por ter sofrido preconceito na infância e levou isso como ruim.*” (S:7, sexo feminino, sem religião) (grifo nosso). “*Talvez sim, porque o referencial de família mais aceito socialmente, tendo em vista o preconceito que é real. É de pai e mãe (homem e mulher). Talvez neste processo de desenvolvimento o preconceito acabe atingindo ele quanto sua orientação sexual, a sua posição na família como sendo filho de dois pais ou duas mães.*” (S:6, sexo: F, religião cristã) (grifo nosso)

Por outro lado, 53% dos participantes afirmaram que a homossexualidade dos pais não interfere na educação dos filhos e 11 % afirmaram que talvez, ou seja, que ainda há uma possibilidade de interferir a depender do contexto da família.

Para aqueles que tiveram um posicionamento favorável à família homoparental destaca-se a necessidade dos cuidados, do afeto e dos valores transmitidos no ato de educar; esses independem da sexualidade dos pais: “*Para o desenvolvimento infantil é cabível considerar as funções materna e paterna e não necessariamente ser observado se são*

desenvolvidas dentro de um modelo tradicional

burguês.” (S.8, sexo feminino, evangélica) (grifo nosso) A psicóloga em questão afirmou que o desenvolvimento da criança precisa das funções tradicionais atribuídas ao pai e a mãe, não necessariamente que essas funções sejam exercidas por sujeitos de sexo oposto. Cabe considerar porém que a opinião que divide as funções em maternas e paternas ainda apresenta certo machismo, pois em nossa sociedade ainda é comum mães solteiras educarem crianças sem uma das figuras parentais o que implica que outras pessoas exerçam funções de cuidado, de limites. Atribuir tais funções a pai e mãe é uma forma de reafirmar modelos tradicionais de gênero. Por que o pai não pode exercer além das funções de limite e regras as funções de cuidado e afeto? É preciso questionar a lógica sexista na divisão das tarefas familiares e consequentemente nos cuidados com os filhos. “*O que vai interferir de fato na educação , é a forma de educar, seja ela feita por um casal de homem e mulher , ou homossexual, ou pela avó ou até mesmo uma tia.*” (s:14, sexo :feminino, sem religião) (grifo nosso)

“acredito que a figura “cuidador” precisa cumprir os papéis e isso independe da orientação sexual. **Não acredito que um menino criado por casal homossexual deva se tornar homossexual** ou seja uma educação diferente.” (S:16, sexo feminino, religião católica) (Grifo nosso)

Alguns profissionais concordam com a possibilidade de que uma criança ou adolescente criado por uma família homoparental seja afetado por esse ambiente familiar: “**pode influenciar ou não,** dependendo do comportamento do casal ao longo do crescimento infantil. **Se há algum tipo de incentivo para se envolver em certas situações**” (S 11, sexo masculino , religião evangélica) (grifo nosso) “... **depende.** Sabemos que mãe e pai é quem cuida! (representação) mas os “pais” precisam serem bem resolvidos pra não confundir a criança e eles terem dificuldades com outras crianças ou em outros lugares (S 15, sexo feminino , religião evangélica) (grifo nosso).

Pode-se observar que a homoparentalidade e seus efeitos no desenvolvimento de crianças e adolescentes é um objeto polissêmico, visto que suscita diversas ancoragens e representações contraditórias. Todos os participantes se referem à importância da família no desenvolvimento. Uma parte deles aponta efeitos futuros na sexualidade, alguns ancoram na necessidade de cuidados independente da sexualidade dos pais. Alguns participantes se opõem,

baseados num modelo normativo, outros apoiam, considerando a complexidade das interações sociais nas famílias e da diversidade de modalidades de desenvolvimento infantil.

5. FAMÍLIA HOMOPARENTAL– ADOÇÃO E INSEMINAÇÃO

A maior parte dos profissionais de psicologia tendo participado à presente pesquisa admite que tanto a adoção quanto a inseminação artificial formam famílias homoparentais semelhantes às heterossexuais e que, portanto, ambas compartilham características que favorecem o desenvolvimento infantil. Essas características são necessárias tanto para famílias heterossexuais quanto para famílias formadas por homossexuais. Entretanto, alguns psicólogos acreditam que o maior obstáculo é o preconceito da sociedade. Preconceito esse que pode vir a afetar a criança ou adolescente. Contudo, cabe observar que todos nós como cidadão compomos a sociedade e, portanto a categoria psicólogos pode e deve atuar como profissionais que visam esclarecer a sociedade sobre as implicações do papel da família para crianças e adolescentes e sobre a não discriminação de famílias homoafetivas.

Um dos psicólogos respondeu :

“Acredito que não. É possível que se existir alguma consequência esta poderia ser de caráter positivo, menos preconceito, uma mente mais ampla. – Se tiver, poderia ser de forma positiva. Interfere se duas mulheres recorrerem a uma inseminação artificial é porque possivelmente querem muito ter uma filha e portanto, é bem provável que vão cuidar bem dessa filha. Isso poderia afetar na auto estima de Luisa de forma positiva. (S2, sexo masculino, sem religião)(grifo nosso)

Ao responder à questão que propunha uma história de ficção sobre uma família homoparental por casais de mulheres que recorreram à inseminação artificial, o psicólogo destaca o papel positivo que tal contexto familiar pode apresentar, visto que o processo de reprodução assistida normalmente acontece após o casal analisar as demais possibilidades de acesso a parentalidade. Esse processo de reprodução por inseminação artificial é caro, demorado e portanto deve estar baseado no firme desejo do casal de ter um filho. Dessa forma a filha de um casal homoparental em contexto de reprodução assistida para o psicólogo teria efeitos positivos em sua autoestima pois as mães da criança cuidariam bem da filha devido a esse desejo de acesso a maternidade ter se concretizado.

Para outro psicólogo participante da pesquisa:

“Acredito que não, o fato de ser gay não diz sobre os princípios e valores desse casal, muito menos da capacidade de cuidar, ou seja, se esse casal tem uma estrutura psicológica, passou pelos critérios de adoção e tem condições financeiras, não existe problemas nessa adoção” (S. 3, sexo masculino, sem religião)(grifo nosso)

Dentre os principais aspectos destacados pela maior parte dos psicólogos participantes da pesquisa estão: *os pais e mães homossexuais passarem os princípios, os valores, os aspectos morais, éticos os cuidados, o amor, ter uma boa estrutura psicológica, ser bem resolvido quanto a sua homossexualidade, responsabilidade, as condições psicológicas e financeira dos pais. Ou seja, aspectos de avaliação da família que independem da orientação sexual dos pais.*

Dentre os aspectos negativos destacados a ênfase no preconceito social está bastante presente como ancoragem principal sobre efeitos negativos para criança, conforme a fala dos seguintes psicólogos: *“ Talvez dependendo de como se dará os cuidados com Maria e também como será afetada pela sociedade. Na questão de como ele irá se reconhecer como filho de dois pais ou duas mães numa sociedade que é comum a figura de “pai e mãe”.(S6, sexo feminino, cristã)(Grifo nosso)*

“Não. Ela poderá ser educada da mesma forma que seria por um hétero responsável, porem socialmente ela poderia sofrer com as críticas da sociedade. Vai ser criada da mesma forma por um casal hétero.” (S7, sexo feminino, sem religião) (Grifo nosso)

Apesar de destacar que a criança poderá receber os mesmos cuidados qualquer que seja a família, percebe-se ainda uma ancoragem no modelo normativo de família composta por pessoas de sexos diferentes. Faz-se necessário então a presença de figuras parentais de sexos opostos para exercerem os devidos cuidados das crianças, assim como a ideia de que como psicólogos eles também fazem parte da sociedade, dessa sociedade que eles alegam ser preconceituosa.

6. PAPEL DO PSICÓLOGO

Segundo a resolução 001/ 99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece normas de atuação dos psicólogos frente a questões da orientação sexual em seus quatro primeiros artigos, os psicólogos devem atuar segundo os princípios éticos da

profissão, ou seja, objetivando a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade. Os psicólogos devem ainda contribuir, com seu saber-fazer, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Considera-se imprescindível a ausência de qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem a adoção de condutas coercitivas que levem a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados, como a tão discutida cura-gay.

Portanto, os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e nem se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

A pesquisa atual interroga os participantes sobre o papel do psicólogo frente ao desenvolvimento de crianças em contexto de família homoparental. As respostas dos psicólogos estavam ancoradas nas concepções de que: *o psicólogo deve atuar com imparcialidade, intervir no contexto social prevenindo preconceitos e atuando contra a homofobia, psicólogo como orientador da sociedade esclarecendo que não acontecem efeitos negativos para criança, ou seja esclarecer o social.* Além disso: **“Ter a certeza que a criança está sendo cuidada, amada, educada, que esta vivendo, um ambiente familiar que requer cuidados necessários básicos da criança sem sofrer abuso/preconceito”** (S4, sexo feminino, religião protestante) (grifo nosso)

A referência a questão do abuso ainda é presente como ancoragem para alguns profissionais que se preocupam em avaliar se a criança em família homoparental poderá sofrer abuso sexual. Contudo, em famílias heterossexuais tal cuidado também deve estar presente. Os contextos de abuso sexual em crianças são majoritariamente em famílias heterossexuais e normalmente a figura do abusador é alguém da própria família ou que convive diretamente com a família. Contudo, socialmente tem-se a imagem da família homoparental como hipersexualizada e que a criança estando nesse modelo de família possa ser objeto de abuso por seus cuidadores.

A psicologia e atuação do psicólogo são apresentados como espaços de orientação, de não julgamento, de acolhimento e esclarecimento para as famílias e além disso: **“trazer essas para o contexto de superação, pois simplesmente existe sim o**

preconceito” (S14, sexo feminino, sem religião)

Em consonância com o que apresenta a resolução 001/99 citada anteriormente, para esse psicólogo a atuação da psicologia visa intervir frente ao preconceito e não frente à sexualidade. A orientação sexual não deve ser “curada” pela psicologia. No Brasil, o CFP já recebeu algumas denúncias de profissionais que estavam propondo tratamentos para “curar” a homossexualidade. Tal comportamento é ilegal e antiético na profissão e além disso não há como curar quem não está doente, a homossexualidade não é uma doença. Contudo, socialmente nossa profissão pode intervir em grupos e espaços a fim de promover discussões sobre gênero e sexualidade humana, em diálogo com diversos contextos: família, infância, escola, práticas profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo analisar as RS de Psicólogos sobre o desenvolvimento de crianças educadas em famílias homoparentais. A coleta de dados foi realizada através de um questionário semiestruturado aplicado a 17 psicólogos voluntários da cidade do Recife. Os dados obtidos foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin, por meio de três categorias temáticas: representações de crianças de famílias homoparentais, influência da família no desenvolvimento da criança e papel do psicólogo neste contexto. Foram identificados indicadores relacionados às representações de desenvolvimento, aos aspectos necessários ao desenvolvimento da criança, à interferência da família no desenvolvimento, a possíveis implicações para o desenvolvimento infantil de crianças educadas em famílias homoparentais, famílias homoparentais em contexto de adoção e ao papel do psicólogo nestas situações.

Como resultado, foram identificadas representações do desenvolvimento como um *processo ao longo da vida*, perpassado por fatores físicos, sociais e emocionais. Sobre os aspectos necessários para o desenvolvimento encontramos a *afetividade* como elemento central, o que corrobora com pesquisas anteriores realizadas pelas autoras desse trabalho e por outros autores que pesquisam no âmbito de famílias e representações sociais.

A família foi representada como primordial ao desenvolvimento da criança sendo responsável pelo cuidado, pelos ensinamentos sociais e morais. As implicações para o desenvolvimento da criança foram associadas ao possível preconceito que a mesma irá sofrer por ser educada num modelo de família não tradicional. Contudo, sendo preservadas as condições

necessárias para educar uma criança, o fato de ser um casal homoparental para a maioria dos psicólogos questionados não interfere no seu desenvolvimento. O psicólogo na concepção dos participantes é o profissional que deve atuar tanto na prevenção quanto no acolhimento, orientação e cuidado com famílias homoparentais frente ao preconceito e a discriminação.

Considerando a carência de pesquisas que correlacionem o desenvolvimento humano, a homoparentalidade e a psicologia, salienta-se a necessidade de novos estudos em âmbito acadêmico, em particular no campo da psicologia. Neste sentido, considerando que a psicologia, enquanto ciência e profissão, é chamada no contexto jurídico a se posicionar sobre a adoção homoparental, seja na elaboração de laudos e pareceres psicológicos, seja na orientação de famílias inscritas no cadastro nacional de adoção, uma nova pesquisa sobre as Representações sociais (RS) de casais homoparentais em processo de adoção junto a psicólogos que trabalham em Tribunais de Justiça está em andamento. Visa-se compreender *de que forma os conhecimentos sobre a adoção homoparental socialmente elaborados e construídos por psicólogos orientam e/ou se manifestam em suas práticas profissionais*. Para analisar a relação entre representações sociais e experiência profissional, procura-se comparar as representações de estudantes, estagiários e profissionais de psicologia sobre a adoção homoparental, tema que faz parte da formação acadêmica e da prática profissional do psicólogo, mas também do conhecimento cotidiano. Trata-se portanto de um saber que circula no senso comum além de ser discutido na formação acadêmica e profissional em psicologia. Partindo dos resultados aqui apresentados, esta nova pesquisa se propõe a *analisar os conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados pelos psicólogos sobre as famílias homoparentais e de que forma tais conhecimentos podem se manifestar e/ou orientar as práticas dos Psicólogos no contexto da adoção de crianças e adolescentes por sujeitos e casais homoafetivos*.

Certas de que a divulgação de dados obtidos em pesquisas científicas participa à elaboração do senso comum e ao debate junto à sociedade, além de favorecer práticas profissionais éticas e não discriminatórias, espera-se contribuir à prevenção e/ou à redução de comportamentos homofóbicos e possíveis formas de preconceito na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves. Representações sociais do desenvolvimento humano. **Psicol. Reflex. Crit.**

, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003. Disponível em . access on 19 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000100015>.

ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de et al. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 95-102, Aug. 2007. Disponível em . access on 19 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200013>.

BAUMAN, Zigmund. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, v.4. 2009.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: . Acesso em: 04 de agosto de 2016.

BRASIL **Lei 12.010, de 3 de agosto 2009**. Disponível em: . Acesso em: 04 de agosto de 2016.

CASTRO, Thiago Gomes de; ABS, Daniel; SARRIERA, Jorge Castellá. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 814-825, 2011. Available from . access on 19 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>.

CUNHA, Gleicimar Gonçalves **Brincadeira, sexualidade, trabalho e sabedoria**: Assim definem nosso desenvolvimento. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de Nacional de Brasília. Brasília, DF. 2000.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DIAS, Maria Berenice Dias. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GOUVEIA, Raimundo; CAMINO, Leoncio. Análise psicossocial das visões de ativistas LGBTs sobre família e conjugalidade. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 47-65, jun. 2009. Disponível em

- . acessos em 19 mar. 2019.
- GUARESCHI, Pedrinho; ROSO, Adriane. Teoria das Representações Sociais – Sua história e seu potencial crítico. In: **Textos e Debates em Representação Social**. v. 1. p. 17-40. Porto Alegre. Abrapso, 2014.
- GOMES, Allyne Evellyn Freitas; MELO, Daniele Silva de. Adoção Caruaru : FAVIP, 2011. 60 f. : Orientador(a) : Aline de Oliveira Machado. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) -- Faculdade do Vale do Ipojuca
- LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- LÔBO, Paulo. **Sucessões**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MARINHO, Carla. de A. et al . Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 29, p. 371-379, Dec. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000300012>. Acesso em: 01 agosto de 2016.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.
- MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOSCOVICI, Serge **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde ; AMORIM, Katia de Souza; Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs.) **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano** (pp. 23-33), POA: Artmed, 2004.
- SANTOS, Claudiene ; BRUNS, Maria Alves Toledo A família homossexual: encantos e desencantos. In: GALINKIN, Ana Maria; SANTOS, Claudiene (orgs.). **Gênero e Psicologia Social: interfaces**. Brasília: TechnoPolitik, 2010. p. 213-243.
- SCORSOLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manuel Antonio Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. **Rev. Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.** v. 20, n. 3, p. 745-756, 2010
- SOUZA, Ronaldo Gomes. **Representações Sociais da Violência e as Incivildades no Contexto da Violência no Município e Escolas de Goiânia**. Goiânia, 86 páginas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Goiás, 2010.
- UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita. **Psicologia Social**, p.457-475. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2000.
- ZAMBRANO, Elizabeth. **O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Vênus, 2006.